

MENSAGEM GP Nº 107/2018CONSIDERADO OBJETO DE DELIBERAÇÃO E
DESPACHADO AS COMISSÕES DE☒ Assessoria Jurídica
☒ Justiça e Redação
☒ Finanças e Orçamento

Sala das Sessões, em 10.10.18

2.º Secretário

Mogi das Cruzes, 21 de junho de 2018.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter ao elevado e criterioso exame de Vossas Excelências e à soberana deliberação do Plenário dessa Augusta Casa Legislativa, o anexo projeto de lei que altera a ementa e o artigo 1º da Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, que declara de utilidade pública municipal a Associação de Moradores de Vila Jundiá e Vila Bela Flor, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública municipal a Organização Beneficente da Sociedade Civil.”

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a Organização Beneficente da Sociedade Civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.474.933/0001-09, com sede na Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224, Vila Nova Cintra, neste Município.”

2. A referida entidade é mantenedora do Centro de Educação Infantil Comunitário - CEIC Vila Jundiá, devidamente registrado junto ao Conselho Municipal de Educação. Assim, após efetuada a respectiva alteração em sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e em seu estatuto, a entidade necessita que seja introduzida a alteração ora proposta, para desenvolvimento de suas atividades assistenciais no Município de Mogi das Cruzes.

3. Acompanha a presente Mensagem, anexo por cópia, o Processo Administrativo nº 21.130/18, contendo as manifestações das Secretarias de Educação e da Procuradoria Geral do Município e outros dados informativos a respeito do assunto em apreço.

4. Assim sendo, esperando que a propositura mereça acolhida nessa Egrégia Casa de Leis, solicito sua tramitação em caráter de urgência, nos termos do disposto pelo artigo 81 da Lei Orgânica, por entender ser de grande relevância e de interesse para o Município de Mogi das Cruzes.



MENSAGEM GP Nº 107/18 - FLS. 2

Renovo a Vossas Excelências, em mais esta oportunidade, expressões de distinguido apreço.

MARCUS MELO
Prefeito de Mogi das Cruzes

A Sua Excelência o Senhor
Vereador **Pedro Hideki Komura**
Presidente da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
E demais Excelentíssimos Senhores Vereadores
Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 381, Centro Cívico
Nesta

SGov/rbm



APROVADO POR UNANIMIDADE

Sessão Solene, em 21/08/2018

PROJETO DE LEI 074/18

Altera a ementa e o artigo 1º da Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A ementa e o artigo 1º da Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, que declara de utilidade pública municipal a Associação de Moradores de Vila Jundiá e Vila Bela Flor, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública municipal a **Organização Beneficente da Sociedade Civil.**” (NR)

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a **Organização Beneficente da Sociedade Civil**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.474.933/0001-09, com sede na Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224, Vila Nova Cintra, neste Município.”

..... (NR)

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, de de 2018, 457º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.

MARCUS MELO

Prefeito de Mogi das Cruzes

SGov/rbm

MOGI DAS CRUZES - PROTOCOLO 5.419
004
S/2



PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

21130 / 2018



11/05/2018 16:27

CAI: 349419

Nome: ORGANIZAÇÃO BENEFICENTE DA SOCIEDADE CIVIL

Assunto: DIVERSOS SEC MUN DE EDUCACAO
ENCAMINHA SOLICITAÇÃO PARA ALTERAÇÃO D
RAZÃO SOCIAL DA ENTIDADE E OUTROS

Conclusão: 25/06/2018

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

**ORGANIZAÇÃO BENEFICENTE DA SOCIEDADE CIVIL**

Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224
Vila Nova Cintra - Mogi das Cruzes - SP
CEP 08744-096 - CNPJ 58.474.933/0001-09
Tel.: 11 4729-6287



Ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Mogi das Cruzes

A Organização Beneficente da Sociedade Civil, CNPJ 58.474.933/0001-09, anteriormente denominada **Associação de Moradores das Vilas Jundiá, Bela Flor e dos Conjuntos Cambuci e Mirage**, com sede na Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224, Vila Nova Cintra – Mogi das Cruzes – SP, mantenedora do CEIC Vila Jundiá, funcionando na Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224, Vila Nova Cintra – Mogi das Cruzes, nesta cidade, encaminha a Vossa Excelência a solicitação para Alteração da Razão Social da Entidade, que passou a vigorar após a Assembleia Geral com os Sócios no dia 27.11.2017, como Organização Beneficente da Sociedade Civil, para que seja encaminhada a mesma solicitação à Secretaria do Governo para Alteração nos Decretos nº 4.206 de 26 de Junho 2003 que dispõe sobre Autorização de Funcionamento do CEIC Vila Jundiá, Decreto nº 12.302 de 14 de Março de 2012 que dispõe sobre a outorga de permissão de uso do prédio público CEIM Professora Maria José Andere, e dos bens móveis nele existente, assim como a alteração na Razão Social na LEI de Utilidade Pública nº 5.627 de 11 de Maio do ano de 2004.

Nestes Termos pede deferimento.

Mogi das Cruzes, 07 de Maio de 2018.

João Vanderlei Giovanini – Presidente

RG: 16.615.272-9 SSP-SP

CPF: 059.288.138-56

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS
VILAS JUNDIAÍ, BELA FLOR E DOS
CONJUNTOS CAMBUCI E MIRAGE**

Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, nº 224
Vila Nova Cintra - Mogi das Cruzes - SP
CEP 08744-096 - CNPJ - 58.474.933/0001-09
Tel.: (11) 4729-6287

**ILMO. SR. OFICIAL DO 1º REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MOGI DAS
CRUZES**

Associação de Moradores das Vilas Jundiá, Bela Flor e dos Conjuntos Cambuci e Mirage, com sede na Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224, Vila Nova Cintra, Mogi das Cruzes - SP, inscrita no CNPJ sobre o número 58.474.933/0001-09, neste ato representado pelo seu Presidente João Vanderlei Giovanini, brasileiro, casado, autônomo, portanto do RG nº 16.615.272-9, inscrito no CPF/MF nº 059.288.138-56, residente na Rua Giuseppe Muffo, 65, Vila Jundiá, CEP:08745-020, Mogi das Cruzes - SP, vem requerer, nos termos do art. 121 da Lei 6.015/73 e da Lei 10.406/02, registro do instrumento em anexo, juntando 03 (Três) vias de igual teor e forma.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Mogi das Cruzes, 19 de Outubro de 2017

João Vanderlei Giovanini

Presidente

Iduigues Ferreira Martins / OAB/SP Nº 214.332



ORGANIZAÇÃO BENEFICENTE DA SOCIEDADE CIVIL

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO – I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVO.

Art. 1º - A ORGANIZAÇÃO BENEFICENTE DA SOCIEDADE CIVIL, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, de duração indeterminada, regida por este Estatuto e pelas leis a ela aplicáveis, que aplica suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, que não distribui resultados, dividendo, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob nenhuma forma, que não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos, que em caso de dissolução ou extinção, destina o eventual patrimônio remanescente à entidade congênere registrada no **COMAS (CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)** ou a entidade pública.

Art. 2º - Essa organização terá sua sede provisória na Rua Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos, N° 224, no Conjunto Residencial Mirage, CEP 08743-120, Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.



Art. 3º - É objetivo da organização:

- A) Organizar e lutar por constantes melhoramentos urbanos e sociais no Município, Estado e País, e principalmente nas comunidades por ela representadas.
- B) Promover atividades culturais, educacionais, ecumênicas recreativas, esportivas e comunitárias em geral.
- C) Estimar o desenvolvimento do espírito de solidariedade.
- D) Trabalhar junto ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, amparando-se na lei 8.609 de 13 de julho de 1992, para a integração da Criança e do Adolescente na comunidade, promovendo o seu bem estar social, lazer, cultural e recreativo através de meios adequados (próprios) da associação ao seu alcance ou subvenções públicas através de convênios com o Poder Público Municipal Estadual e Federal, empresas ou Entidades governamentais nacionais e internacionais, manter creches comunitárias para atendimento de crianças de zero a 05 (cinco) anos, promovendo seu desenvolvimento, dar efetiva assistência social aos idosos e famílias carentes nos bairros e no Município de Mogi das Cruzes, com cestas básicas, remédios e regularização de documentos, além de investir no desenvolvimento das potencialidades de crianças e adolescentes, para que usufruam de seus direitos sociais, ampliando o acesso a esses direitos, e aprendam os deveres inerentes a cidadania, desenvolver competências e talentos sociais, potencialidades cognitivas e afetivas, estimulando a atuação, articulação e reflexão na perspectiva de desenvolvimento da própria comunidade e contribuir para a formação



de crianças e adolescentes para que possam exercer sua cidadania e participar ativamente de sua comunidade.

- E) Participar de todas as campanhas de educação, saúde, recreativas e esportivas promovidas pelo Município.
- F) Elaborar projetos e programas contra a violência contra mulher, compreender as bases de sustentação da violência contra a mulher, refletir sobre as diferentes manifestações de violência, contra a mulher, em suas vidas pessoais e comunidade, desenvolver as habilidades necessárias para buscar para si mesmos/as e outras mulheres que são vítimas em suas comunidades, soluções decisivas para as situações de preconceito e violência, refletir sobre normas sociais de gênero que reforçam certos tipos de violência contra a mulher tratando-a como normal e natural e encorajar a mulher a reconhecer seu potencial de proteger a si mesma e buscar seus direitos.
- G) Participar dos Conselhos Municipais, legalmente constituídos, quando convidados.
- H) Assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.
- I) Elaborar projetos esportivos para pessoas com deficiência, bem como para crianças, adolescentes e idosos.
- J) Elaborar projetos para curso pré-vestibular para adolescentes e adultos que queiram ingressar nas universidades mais concorridas do país pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).
- K) Assegurar o amparo constitucional para o tratamento de dependentes químicos.



- L) Desenvolver programas educacionais, relatórios das atividades desenvolvidas e informando o número de crianças assistidas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para a realização de suas finalidades sociais, a presente entidade poderá utilizar-se de quaisquer meios legais, podendo inclusive criar departamentos, comissões ou grupos de trabalho, aberto à participação de todos os associados interessados, construir órgãos de comunicação social, promover cursos, estudos, debates, conferências, simpósios, exposições, espetáculos, festas e congêneres, participar e patrocinar campanhas ou atividades de interesse social.

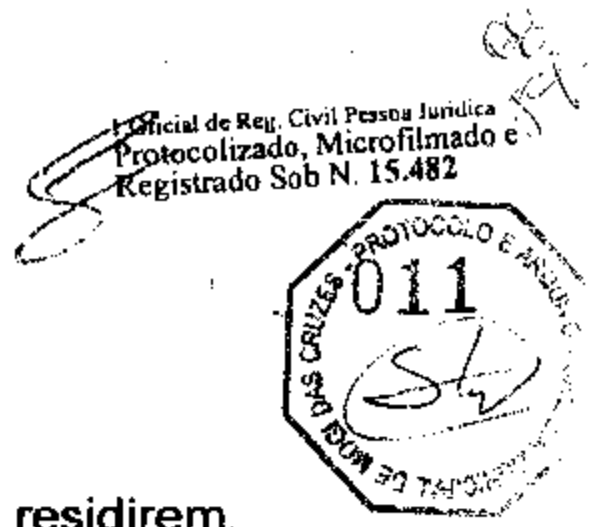
Art. 4º - No desenvolvimento de suas atividades, a entidade não fará qualquer discriminação de raça, cor ou religião.

CAPÍTULO – II

DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 5º - O patrimônio da organização será constituído e mantido pelos bens móveis e imóveis que a mesma venha a adquirir, pelas contribuições periódicas dos associados, por subvenções doações, legados e arrecadações eventuais, por rendas patrimoniais e taxas correspondentes a atividades específica e por outros meios legais, e que não serão totalmente utilizados em benefício da organização.


Idalgues Ferreira Martins / OAB/SP Nº 214.332



CAPÍTULO – III

DOS ASSOCIADOS

Art. 6º - Poderão ser admitidos como associados as pessoas que residirem, trabalharem ou estudarem nos bairros abrangidos pela organização. O associado será admitido mediante proposta à Diretoria e à Assembleia Geral.

PARAGRAFO ÚNICO: A organização terá duas categorias de associados, associados fundadores e associados efetivos, sendo que os associados fundadores são aqueles que ajudaram na fundação e os associados efetivos são aqueles que contribuem financeiramente.

Art. 7º - São deveres dos associados:

- a) Cumprir e fazer cumprir o estatuto da organização.
- b) Pagar pontualmente suas obrigações financeiras.
- c) Cooperar com a Diretoria na administração da Associação, preservação de seus bens e instalações.
- d) Portar-se com fraternidade e respeito nas instalações e em todas as atividades promovida pela Associação.

PARAGRAFO ÚNICO: Os associados não respondem nem mesmo subsidiariamente pelos encargos da organização.

Art. 8 - São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais.

- a) Estar presente em todas as reuniões.
- b) Participar ou cooperar nas comissões, departamento de trabalho da Associação.

- 39
11/11
1. Oficial de Reg. Civil Pessoa Jurídica
Protocolizado, Microfilmado e
Registrado Sob N. 15.481
- 012
- CRUZES - PROTOCOLO E ARQUIVO
- ST
- 20
- c) Comparecer com seus familiares e amigos a todas as atividades comunitárias ou públicas da organização.
 - d) Votar e ser votado para cargos eletivos.
 - e) Tomar parte nas assembleias.

CAPÍTULO – IV

DAS PENALIDADES

Art. 9º - Aos associados faltosos poderão ser aplicadas, dependendo da falta, as seguintes penalidades.

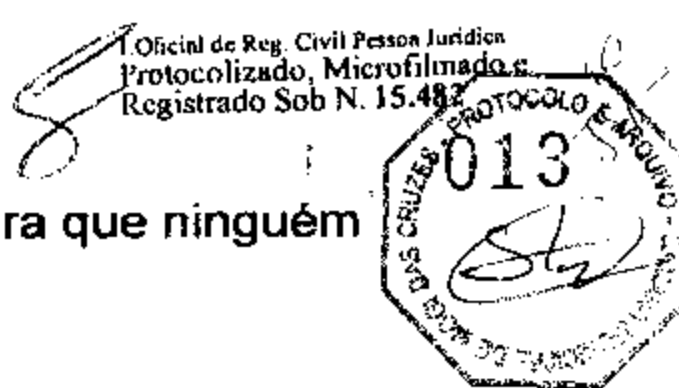
- a) Advertência por escrito.
- b) Suspensão dos quadros sociais por até 30 (trinta) dias.
- c) Exclusão quadros sociais.

Art. 10º - As penalidades de advertência por escrito e de suspensão serão aplicadas após concordância da maioria dos membros da Diretoria, ao passo que a penalidade de exclusão dos quadros sociais só poderá ser aplicada após aprovação da maioria dos associados presentes na Assembleia Geral Extraordinária, convocada para esse fim.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O associado que for excluído dos quadros sociais não poderá ser readmitido pelo prazo de 6 (seis) meses ou indefinido.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todas as penalidades serão tornadas públicas mediante portaria assinada pelo Diretor Presidente, que deverá ser afixada, em


Idalgues Ferreira Martins / OAB/SP Nº 214.332



local visível na sede social, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para que ninguém alegue ignorância.

CAPÍTULO – V

DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 11º - São órgãos da administração da organização.

- A) Assembleia Geral.
- B) A diretoria.
- C) O conselho Fiscal.

Art. 12º - A Assembleia Geral, órgão soberano e máximo da instituição, capaz de decidir em definitivo qualquer assunto que apreciar constituir – se- a dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 13ª - Compete à Assembleia Geral:

- I – Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II – Destituir os administradores;
- III – Apreciar recursos contra as decisões da Diretoria;
- IV – Decidir sobre reforma do Estatuto;
- V – Decidir sobre vendas, alienação, hipoteca ou permuta do patrimônio;
- VI – Decidir sobre a extinção da entidade nos termos do artigo 1º;
- VII – Apreciar e deliberar sobre a prestação de contas.



Art. 14º - Assembleia Geral Ordinária será realizada uma vez por ano no mês de janeiro para apreciar as contas e a previsão orçamentária do período seguinte.

PARÁGRAFO ÚNICO – Poderá haver Assembleias Gerais Extraordinárias quando forem necessárias.

Art. 15º - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da associação, ou publicação na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 03 (Três) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Se não houver 2/3 (dois terços) dos associados em condições de delirar em primeira convocação, aguardar – se- á uma para iniciar a Assembleia com qualquer número de associados e a decisão será tomada de acordo com 2/3 (dois terços) dos associados presentes com direito a voto.

PARAGRAFO SEGUNDO – A Assembleia será instalada e conduzida pelo (a) Presidente (a) e no seu impedimento pelo Vice – presidente (a).

Art. 16º - A diretoria será composta por: Presidente; Vice-presidente; Secretário Geral; Primeiro Secretário Geral; Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro.

PARAGRAFO ÚNICO – À diretoria compete; programar as atividades da organização, avaliar os trabalhos e atividades programadas, discutir e deliberar sobre assuntos de interesse da organização.

Art. 17º - Compete ao presidente: representar a organização ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, cumprir e fazer cumprir este



estatuto e o regime interno, convocar e presidir as assembleias e reuniões de diretoria. Assinar com o secretário de finanças todos os cheques, ordens de pagamentos e títulos que representem obrigações financeiras da entidade.

Praticar atos da administração geral da organização podendo inclusive assinar contratos de serviços, obras e fornecimento, contratar e demitir empregados.

Art. 18º - Compete ao vice-presidente: substituir o presidente quando este estiver ausente por qualquer impedimento, assumir o mandato em caso de vacância até o seu término. Prestar colaboração ao presidente sempre que o mesmo necessitar.

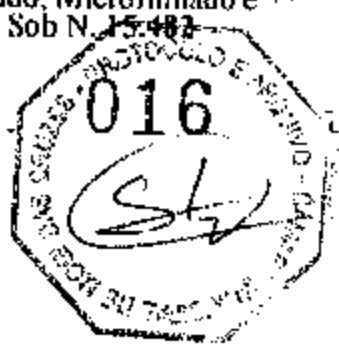
Art. 19º - Compete ao secretário geral: secretariar as assembleias e reuniões de diretoria, e redigir as respectivas atas, guardar e responsabilizar-se por todos os documentos da organização. Substituir o presidente e o vice-presidente quando houver qualquer impedimento de ambos, assumir o mandato em caso de vacância até o seu término.

Art. 20º - Compete ao primeiro secretário geral: substituir o secretário geral nos seus impedimentos. Colaborar com o secretário geral sempre que o mesmo necessitar, assumir o mandato do secretário geral em caso de vacância até o seu término.

Art. 21º - Compete ao primeiro tesoureiro:

I. Manter, em estabelecimentos bancários, juntamente com o presidente, os valores da Organização, podendo aplicá-los, ouvida a Diretoria Executiva;

Idalgues Ferreira Martins / OAB/SP Nº 214.332



II. Assinar, em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis;

III. Efetuar os pagamentos autorizados e recebimentos devidos à organização;

IV. Supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;

V. Apresentar ao Conselho Fiscal, os balancetes semestrais e o balanço anual;

VI. Elaborar, anualmente, a relação dos bens da Organização, apresentando-a, quando solicitado, à Assembleia Geral.

Art. 22º - Compete ao segundo tesoureiro: Substituir o 1º Tesoureiro, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

Art. 26º - O conselho fiscal será constituído por 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes eleitos em Assembleia Geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O mandato do conselho fiscal será coincidente com o mandato da diretoria.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo suplente imediatamente seguinte.

Art. 27º - Compete ao conselho fiscal: examinar os livros da escrituração da entidade, examinar o balancete semestral apresentado pelo secretário de finanças, opinando a respeito, apresentar relatórios de apreciação dos balancetes e balanços com seus respectivos pareceres e opinar sobre aquisições e alienação de bens.

PARÁGRAFO ÚNICO – O conselho fiscal reunir-se-á semestralmente ou extraordinariamente a qualquer tempo se necessário.

Idguies Ferreira Martins / OAB/SP Nº 214.332

CAPÍTULO VI**DAS ELEIÇÕES**Oficial de Reg. Civil Pessoa Jurídica
Protocolizado, Microfilmado e
Registrado Sob N. 15.482

Art. 28º - As eleições para renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal da entidade se darão a cada 05 (cinco) anos e serão realizadas em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Somente poderão concorrer as chapas completas com a Diretoria e Conselho Fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Havendo mais de uma chapa concorrendo, cada candidato poderá compor uma única chapa, será formada uma comissão eleitoral com participação de um membro de cada chapa, um membro da diretoria em exercício, um morador de uma das áreas de abrangência indicado pela diretoria para coordenar o pleito, e o presidente da organização para dirimir e decidir sobre divergências.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A eleição se dará no primeiro ou segundo domingo de dezembro a partir do ano de 2017 (dois mil e sete), sendo que a comissão eleitoral decidirá sobre as duas datas, e o do processo de divulgação das chapas que não poderão onerar a entidade.

PARÁGRAFO QUARTO – Todos os candidatos deverão, no ato da inscrição apresentar ficha de qualificação contendo, nome, filiação, endereço de moradia, comprovante de regularidade na organização.

Art. 29º - O presente estatuto poderá ser reformado em qualquer tempo por decisão de 2/3 (dois terços) dos associados quites, através de Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, não podendo ela



deliberar em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados, a deliberação se dará uma hora após em segunda convocação com no mínimo de 1/3(um terço) dos associados.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente estatuto entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 30º - A organização poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face a impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou ainda por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a totalidade dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos associados.

Art. 31º - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria e referendados em Assembleia Geral.

Art. 32º - O Exercício social terminará em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, de conformidade com as disposições legais.

Art. 33º - O presente estatuto, aprovado por Assembleia Geral Extraordinária, convocada para esse fim, referendada pela autoridade competente, modifica o artigo 1º, artigo 3º, artigo 15º e artigo 28º do estatuto aprovado em Assembleia

TABELA DE NOTAS
S
S

21130-17
1. Oficial de Reg. Civil Pessoa Jurídica
Protocolizado, Microfilmado e
Registrado Sob N. 15.482



Geral Extraordinária do dia 19 (dezenove) de Outubro de 2017 (Dois mil e Dezessete).

Mogi das Cruzes, 20 de Novembro de 2017.

TABELA DE BRÁS CUBAS

João Vanderlei Giovanini
João Vanderlei Giovanini

Presidente

Iduigues Ferreira Martins
Iduigues Ferreira Martins

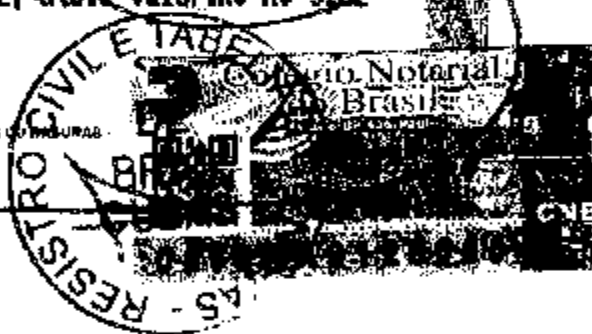
OAB/SP Nº 214.332

ORCPN E TABELA DE NOTAS DE BRÁS CUBAS. MUNICÍPIO E COMARCA DE MOGI DAS CRUZES/SP
Rua Francisco Manoel de Mello, 159 - Vila Ibiá Cubas - Mogi das Cruzes/SP - CEP: 09140-310 - Fone: (11) 4720-9293
contato@brascubas.com.br

Reconheço, por semelhança, sem valor econômico, a firma de (1)
JOÃO VANDERLEI GIOVANNINI.
Brás Cubas, 27 de dezembro de 2017. Em Teste da verdade.

NATALIA DUELA DA FONSECA - ESCRIVENTE; Atos Valor: R\$ R\$ 5,82

- VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU SUPRIMENTOS



OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Protocolizado e Registrado em Microfilme sob n 15.482.
Averbado a margem sob n: 15.342

Mogi das Cruzes - SP, 09/01/2018

Marcelo dos S. Davi Secretário Autorizado

Atos praticados discriminados em Recibo n 15.482 e tudo conforme
dispos a Lei n 12.131 de 26/12/2002 - ALTERAÇÃO ESTATUTO

OFICIAL	ESTADO	IPESP	SINOREG	JUSTICA	DIL/ECT	ISS	TOTAL
151,50	43,14	29,45	8,04	10,37	0,00	1,45	251,19

Iduigues Ferreira Martins / OAB/SP Nº 214.332

2113018

1. Oficial de Reg. Civil Pessoa Jurídica
Protocolizado, Microfilmado e
Registrado Sob N. 15.342**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS
VILAS JUNDIAÍ, BELA FLOR E DOS
CONJUNTOS CAMBUCI E MIRAGE**

Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, nº 224
Vila Nova Cintra - Mogi das Cruzes - SP
CEP 08744-096 - CNPJ - 58.474.933/0001-09
Tel.: (11) 4729-6287

**ILMO. SR. OFICIAL DO 1º REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MOGI DAS
CRUZES**

Associação de Moradores das Vilas Jundiá, Bela Flor e dos Conjuntos Cambuci e Mirage, com sede na Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224, Vila Nova Cintra, Mogi das Cruzes - SP, inscrita no CNPJ sobre o número 58.474.933/0001-09, neste ato representado pelo seu Presidente João Vanderlei Giovanini, brasileiro, casado, autônomo, portanto do RG nº 16.615.272-9, inscrito no CPF/MF nº 059.288.138-56, residente na Rua Giuseppe Muffo, 65, Vila Jundiá, CEP:08745-020, Mogi das Cruzes - SP, vem requerer, nos termos do art. 121 da Lei 6.015/73 e da Lei 10.406/02, registro do instrumento em anexo, juntando 03 (Três) vias de igual teor e forma.

Nestes termos,

Pede diferimento.

Mogi das Cruzes, 19 de Outubro de 2017

João Vanderlei Giovanini

Presidente

Iduigues Ferreira Martins / OAB/SP Nº 214.332

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS
VILAS JUNDIAÍ, BELA FLOR E DOS
CONJUNTOS CAMBUCI E MIRAGE**

Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, nº 224
Vila Nova Cintra - Mogi das Cruzes - SP
CEP 08744-096 - CNPJ - 58.474.933/0001-09
Tel.: (11) 4729-6287

Ata da reunião extraordinária da Associação de Moradores de Vila Jundiá, Vila Bela Flor, Conjunto Cambuci e Conjunto Mirage, que foi realizada no dia 19/10/2017 (Dezenove de Outubro de Dois Mil e Dezessete), às 19h30 (Dezenove horas trinta minutos) na sede provisória da Associação, localizada na Rua Augusto Rodrigues de Carvalho dos Anjos, Nº 224 (Duzentos e Vinte e Quatro), Vila Nova Cintra, Distrito de Brás Cubas, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O presidente da Associação João Vanderlei Giovanini, assumiu a presidência dos trabalhos e informou que, em virtude do pequeno número de associados presentes iniciáramos a assembleia às 19h30 (Dezenove horas e trinta minutos).

Precisamente às 19h30 (dezenove e trinta horas) o presidente assumiu a presidência dos trabalhos e informou a todos os presentes os assuntos que seriam abordados e assim conduzir a assembleia com foco nos seguintes pontos de pauta;

- 1) Alteração do Estatuto;
- 2) Mudança do Nome da Associação;
- 3) Alteração de 2 (anos) para 5 (anos) de mandato do presidente;
- 4) Outros assuntos de interesse dos associados.

Em seguida, o presidente informou sobre a necessidade de mudar o Estatuto para poder abranger o atendimento, e assim, se possível, futuramente administrar uma nova unidade de creche, ampliando assim o atendimento ao público infantil; e verificar a possibilidade de um asilo.

O presidente justificou a ausência da Sra. Rafaela Murakami que estava na faculdade; Sra. Isabela Murakami Gonçalves que estava no trabalho; Dinari Gonçalves Moura Filho que passou por um procedimento cirúrgico, Osvaldir Vilas Boas, onde o mesmo se encontra recluso, logo em seguida deu continuidade informando sobre os benefícios da

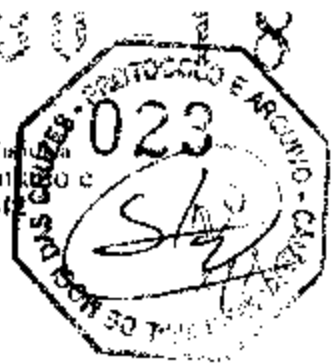
união de todos em prol do bem da comunidade, o mesmo informou sobre os benefícios da mudança do mandato de 2 (dois) anos para 5 (cinco) anos, visando os projetos de maior extensão; também deixou todos ciente do novo nome da Instituição, que deixará de ser Associação de Moradores de Vilas Jundiaí, Bela Flor, Conjunto Cambuci e Conjunto Mirage e passará a se chamar **Organização Beneficente da Sociedade Civil**.

O Sr. João Vanderlei questionou se alguém da assembleia tinha algo a dizer sobre os assuntos discutidos, porém todos se colocaram de acordo com tudo que foi mencionado não havendo nenhuma dúvida a tratar.

O Sr. Presidente João Vanderlei abriu oportunidade para quem quisesse se pronunciar; a Tesoureira, Sra. Maria José colocou em questão, a necessidade de uma dedicação maior por parte de todos, por se tratar de um trabalho em conjunto, os demais membros ali presentes se colocaram a disposição para ajudar, entre eles a Sra. Luciene Bezerra Vaz que se comprometeu a ajuda na distribuição do leite.

Além disso, por unanimidade de votos, nos termos do disposto no artigo 135 "in fine" da Lei 6.404/76, foram discutidas as alterações do estatuto, onde foram dispostas a alteração do artigo 1º, passando o Artigo 1º a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - A ORGANIZAÇÃO BENEFICENTE DA SOCIEDADE CIVIL, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, de duração indeterminada, regida por este Estatuto e pelas leis a ela aplicáveis, que aplica suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, que não distribui resultados, dividendo, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob nenhuma forma, que não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos, que em caso de dissolução ou extinção, destina o eventual patrimônio remanescente à entidade congênere registrada no **COMAS (CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)** ou a entidade pública.



Também foram discutidas as alterações dos objetivos no Artigo 3º, que passou a ter a seguinte redação:

Art. 3º - É objetivo da organização:

- A) Organizar e lutar por constantes melhoramentos urbanos e sociais no Município, Estado e País, e principalmente nas comunidades por ela representadas.
- B) Promover atividades culturais, educacionais, ecumênicas recreativas, esportivas e comunitárias em geral.
- C) Estimular o desenvolvimento do espírito de solidariedade.
- D) Trabalhar junto ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, amparando-se na lei 8.609 de 13 de julho de 1992, para a integração da Criança e do Adolescente na comunidade, promovendo o seu bem estar social, lazer, cultural e recreativo através de meios adequados (próprios) da associação ao seu alcance ou subvenções públicas através de convênios com o Poder Público Municipal Estadual e Federal, empresas ou Entidades governamentais nacionais e internacionais, manter creches comunitárias para atendimento de crianças de zero a 05 (cinco) anos, promovendo seu desenvolvimento, dar efetiva assistência social aos idosos e famílias carentes nos bairros e no Município de Mogi das Cruzes, com cestas básicas, remédios e regularização de documentos, além de investir no desenvolvimento das potencialidades de crianças e adolescentes, para que usufruam de seus direitos sociais, ampliando o acesso a esses direitos, e aprendam os deveres inerentes a cidadania, desenvolver competências e talentos sociais, potencialidades cognitivas e afetivas, estimulando a atuação, articulação e reflexão na perspectiva de desenvolvimento da própria comunidade e contribuir para a formação de crianças e adolescentes para que possam exercer sua cidadania e participar ativamente de sua comunidade.
- E) Participar de todas as campanhas de educação, saúde, recreativas e esportivas promovidas pelo Município.
- F) Elaborar projetos e programas contra a violência contra mulher, compreender as bases de sustentação da violência contra a mulher, refletir sobre as diferentes manifestações de violência, contra a mulher, em suas vidas pessoais e comunidade, desenvolver as habilidades necessárias para buscar para si mesmos/as e outras mulheres que são vítimas em suas comunidades, soluções decisivas para as situações de preconceito e violência, refletir sobre normas sociais de gênero que reforçam certos tipos de violência contra a mulher tratando-a como normal e natural e encorajar a mulher a reconhecer seu potencial de proteger a si mesma e buscar seus direitos.
- G) Participar dos Conselhos Municipais, legalmente constituídos, quando convidados.



- H) Assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.
- I) Elaborar projetos esportivos para pessoas com deficiência, bem como para crianças, adolescentes e idosos.
- J) Elaborar projetos para curso pré-vestibular para adolescentes e adultos que queiram ingressar nas universidades mais concorridas do país pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).
- K) Assegurar o amparo constitucional para o tratamento de dependentes químicos.
- L) Desenvolver programas educacionais, relatórios das atividades desenvolvidas e informando o número de crianças assistidas.

Ademais, ainda se discutiu a alteração estatutária do Capítulo VI, que dispõe sobre as eleições, onde foi aprovado, por unanimidade a alteração na redação do Artigo 28º, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 28º - As eleições para renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal da entidade se darão a cada 05 (cinco) anos e serão realizadas em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

Também foi modificada a redação do Artigo 15º, que passou a ter a seguinte redação:

Art. 15º - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da associação, ou publicação na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 03 (Três) dias.

Tendo em vista a alteração do nome da associação para **Organização Beneficente da Sociedade Civil**, aprovada por unanimidade na reunião extraordinária, os artigos que possuíam a redação da palavra Associação, remetidos ao antigo nome, foram substituídos pela palavra **Organização**.

A reunião teve seu término às 20h50 (Vinte horas e cinquenta minutos), dando assim fim aos assuntos abordados nessa assembleia, designando a mim que lavrasse a presente ata que vai assinada por mim José Rodrigues Gomes.

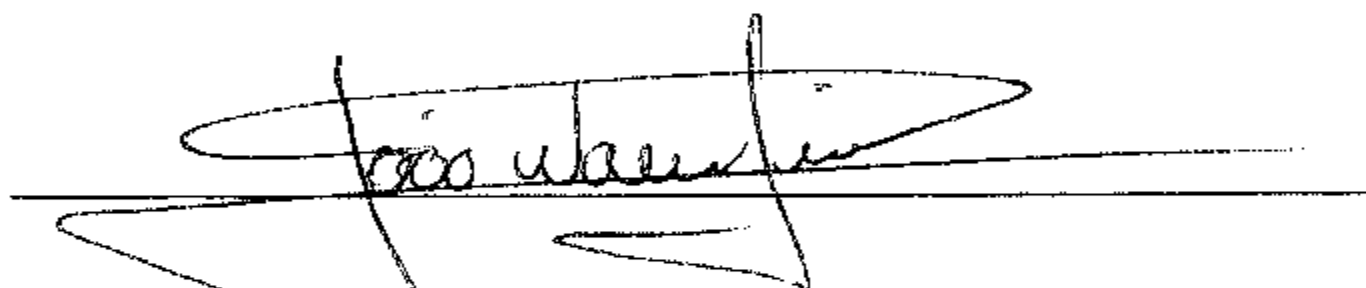
Mogi das Cruzes, 19 de outubro de 2017.



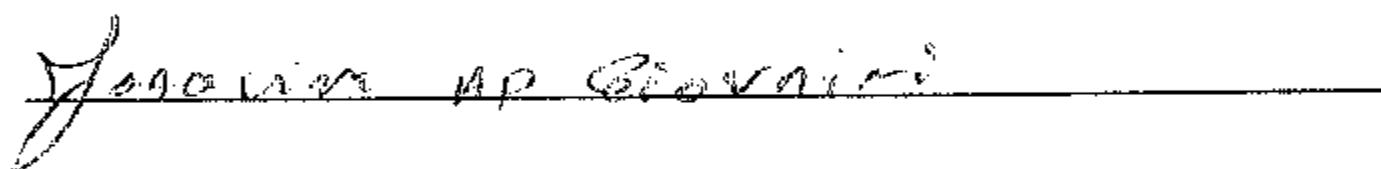
José Rodrigues Gomes

Secretário nomeado

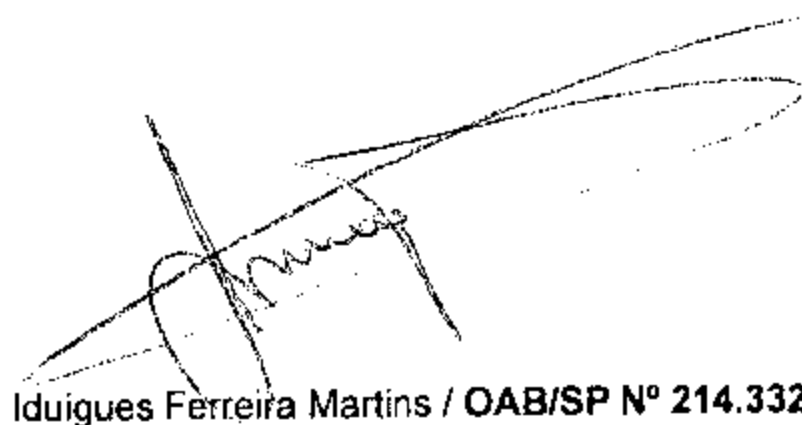
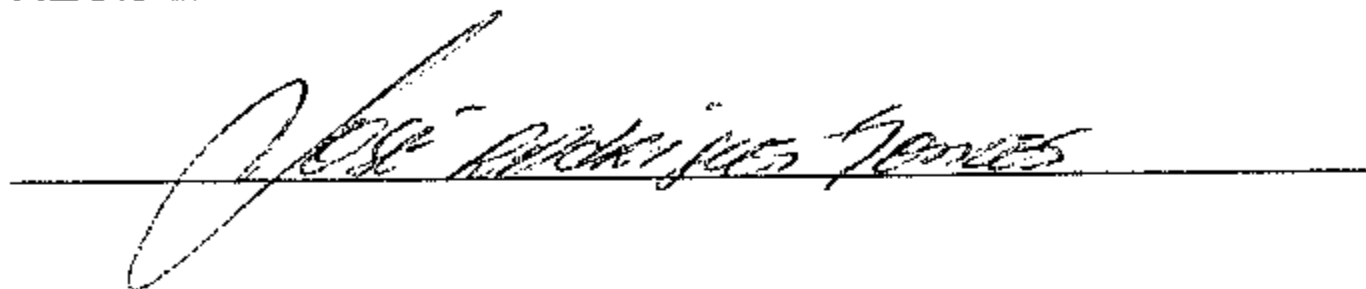
PRESIDENTE – JOÃO VANDERLEI GIOVANINI; BRASILEIRO, CASADO, CABELEIREIRO, PORTADOR DO RG Nº 16.615.272 E CPF Nº 059.288.138-56, RESIDENTE À RUA GIUSEPPE MUFFO Nº 65.



VICE-PRESIDENTE – JOAQUIM APARECIDO GIOVANINI; BRASILEIRO, CASADO, PEDREIRO, PORTADOR DO RG Nº 18.749.686-9 E CPF Nº 119.601.710-16, RESIDENTE RUA PAULO EDUARDO VALE PEREIRA Nº 214.



SECRETARIA GERAL – JOSÉ RODRIGUES GOMES; BRASILEIRO, CASADO, FUNILEIRO, PORTADOR DO RG Nº 24.841.543-8 E CPF Nº 176.650.878-25, RESIDENTE À RUA RAPOSA Nº 218.



Idalgues Ferreira Martins / OAB/SP Nº 214.332

SECRETÁRIA DE FINANÇAS – MARIA JOSÉ POLICARPO GIOVANINI; BRASILEIRA,
CASADA, CONTABILISTA, PORTADORA DO RG Nº 12.900.423-6 E CPF Nº
108.657.938-08, RESIDENTE À RUA GIUSEPPE MUFFO Nº 65.

Maria José Polcarpo Giovanini

PRIMEIRO SECRETÁRIO DE FINANÇAS – OSVALDIR VILAS BOAS; BRASILEIRO,
CASADO, COMERCIÁRIO, PORTADOR DO RG Nº 25.009.438-1 E CPF Nº 156.434.518-
16, RESIDENTE À RUA FÁBIO JUNGERS Nº 419.

SECRETÁRIO DE AÇÃO SOCIAL - ISMAEL JOSÉ MOREIRA DOS SANTOS;
BRASILEIRO, SOLTEIRO, ALMOXARIFE, PORTADOR DO RG Nº 27.376.668-5 E CPF
Nº 307.920.268-61, RESIDENTE À RUA RAPOSA Nº 159.

Ismael José Moreira dos Santos

SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO – RAFAELA MURAKAMI GONÇALVES;
BRASILEIRA, SOLTEIRA, ESTUDANTE, PORTADORA DO RG Nº 53.365.519-5 E CPF
Nº 437.629.948-03, RESIDENTE À RUA GIUSEPPE MUFFO Nº 65.

Rafaela Murakami Gonçalves

Iduigues Ferreira Martins



SECRETÁRIO DE EVENTOS SOCIAIS – LUCIENE BEZERRA VAZ; BRASILEIRA, CASADA, AUTÔNOMA, PORTADORA DO RG Nº 18.007.273-0 E CPF 189.281.868-03, RESIDENTE À RUA JOSÉ GALDINO DE CASTRO Nº 303.

Luciene Bezerra Vaz

PRIMEIRO CONSELHEIRO FISCAL - DINARI GONÇALVES MOURA FILHO; BRASILEIRO, CASADO, TÉCNICO DE MANUTENÇÃO, PORTADOR DO RG Nº 23.269.762-0 E CPF Nº 101.883.538-52, RESIDENTE À RUA ZEBRA Nº 80.

Dinari Gonçalves Moura Filho

SEGUNDO CONSELHEIRO FISCAL – VALDIR DE JESUS CARVALHO; BRASILEIRO, CASADO, APOSENTADO, PORTADOR DO RG Nº 14.623.107-7 E CPF Nº 090.771.748-93, RESIDENTE À RUA JAGUATIRICA Nº 115 – A.

Valdir de Jesus Carvalho

TERCEIRO CONSELHEIRO FISCAL – ISABELA MURAKAMI GONÇALVES; BRASILEIRA, SOLTEIRA, ESTUDANTE, PORTADORA DO RG Nº 53.365.920-1 E CPF Nº 442.751.168-60, RESIDENTE À RUA GIUSEPPE MUFFO Nº 65.

Isabela Murakami Gonçalves

Iduigues Ferreira Martins



PRIMEIRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL – RITA LÚCIA POLICARPO;
BRASILEIRA, CASADA, APOSENTADA, PORTADORA DO RG Nº 7.718.740-7 E CPF Nº
174.636.988-40, RESIDENTE À RUA ISIS DE OLIVEIRA Nº 231.

Rita Lúcia Policarpo Peres

SEGUNDO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL – FABIO MESSIAS DOS SANTOS;
BRASILEIRO, CASADO, OPERADOR DE MÁQUINAS, PORTADOR DO RG Nº
33.295.800-0 E CPF Nº 313.937.628-67, RESIDENTE À RUA JAGUATIRICA Nº 21.

Fabio messias dos Santos

TERCEIRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL – JOSÉ GUTTEMBERG DA SILVA;
BRASILEIRO, CASADO, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, PORTADOR DO RG Nº
13.082.252-8 E CPF Nº 008.280198-35, RESIDENTE À AVENIDA MOGIANA Nº 180
CASA 03.

1. OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS

Protocolizado e Registrado em Microfilme sob n 15.342.

Averbado a margem sob n: 13.889

Mogi das Cruzes- (SP), 27/11/2017

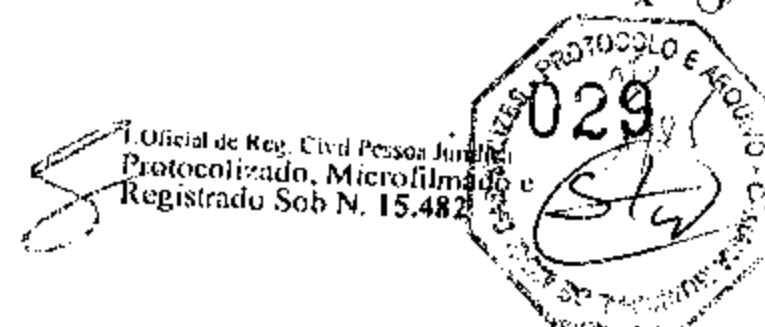
Mogi das Cruzes, 19 de outubro de 2017.

Marcelo dos S. Assi Escrevente Autorizado

Atos praticados discriminados em Recibo n 15.342 e tudo conforme

dispoe a Lei n 11.331 de 26/12/2002 - ALTERAÇÃO ESTATUTO

OFICIAL	ESTADO	IPREP	SINOREG	JUSTICA	DIL/ECT	ISS	TOTAL
117,62	33,48	22,87	6,22	8,06	0,00	0,77	194,65



ILMO. SR. OFICIAL DO 1º REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MOGI DAS CRUZES

Associação de Moradores das Vilas Jundiaí , Bela Flor e dos Conjuntos Cambuci e Mirage, com sede á Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224, Vila Nova Cintra, Mogi das Cruzes – SP, inscrita no CNPJ sobre o número 58.474.933/0001-09, neste ato representado pelo seu Presidente João Vanderlei Giovanini, brasileiro, casado, autônomo, portanto do RG nº 16.615.272-9, inscrito no CPF/MF nº 059.288.138-56, residente na Rua Giuseppe Muffo, 65, Vila Jundiaí, CEP:08745-020, Mogi das Cruzes - SP, vem requerer, nos termos do art. 121 da Lei 6.015/73 e da Lei 10.406/02, registro do instrumento em anexo, juntando 03 (três) vias de igual teor e forma.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Mogi das Cruzes, 03 dezembro de 2017

João Vanderlei Giovanini

Presidente



ORGANIZAÇÃO BENEFICENTE DA SOCIEDADE CIVIL

Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224
Vila Nova Cintra - Mogi das Cruzes - SP
CEP 08744-096 - CNPJ 58.474.933/0001-09
Tel.: 11 4729-6287

1. Oficial de Reg. Civil Pessoa Jurídica
Protocolizado, Microfilmado e
Registrado Sob N. 15.482

Ata da reunião extraordinária da Organização Beneficente da Sociedade Civil, realizada no dia 03/12/2017 (três de dezembro de dois mil e dezessete), às 09:00 horas (nove horas) na sede provisória da Associação localizada na Rua Augusto Rodrigues de Carvalho dos Anjos nº 224 (duzentos e vinte e quatro), Vila Nova Cintra, Distrito de Brás Cubas, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia, conforme divulgado na edição de número 7419 (sete mil, quatrocentos e dezenove) do dia 03 (três) de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete), página 14 (quatorze) do jornal MOGI NEWS. No horário acima citado, o presidente da Associação João Vanderlei Giovanini, assumiu a presidência dos trabalhos e informou que, em virtude do pequeno número de associados presentes estaríamos iniciando a Assembleia às 10:00 (dez) horas. Precisamente às 10:00 (dez) horas o presidente reassumiu a presidência dos trabalhos e informou a todos os presentes que de acordo com o edital deveremos conduzir a assembleia com foco nos seguintes pontos de pauta; 1) Leitura da ata da assembleia anterior; 2) Discussão e deliberação da substituição dos dirigentes destituídos; 3) Outros assuntos de interesse dos associados. Em seguida o presidente procedeu à leitura da ata anterior. Feita a leitura da ata o presidente perguntou aos presentes se alguém tinha alguma observação ou retificação a fazer; como ninguém se pronunciou o presidente colocou em votação o texto da ata que foi aprovado por unanimidade. O presidente passou então a explicar a proposta relativa ao segundo ponto de pauta, argumentou que a maioria dos membros da atual diretoria tem conduzido a entidade com grande zelo e compromisso social há um ano e durante este período muitas dificuldades foram superadas e muitas vitórias foram alcançadas, mas passado todo esse tempo, a mudança se faz necessária quer seja para que outras pessoas tenham a oportunidade de dedicarem um pouco de seu tempo para o bem social ou para que os atuais membros possam enfrentar novos desafios. É sabido que alguns dos atuais dirigentes manifestaram o desejo de se afastarem da entidade por não terem mais o tempo necessário para se dedicarem às demandas exigidas pela entidade; com isto baseados no artigo 13º item II do estatuto da entidade, passou-se a procurar pessoas representativas para cumprir essa missão e essa procura mostrou-se frutífera, motivo pelo qual foi convocada esta assembleia. Dito isso o presidente franqueou a palavra aos presentes, restando ao mesmo esclarecer a todos que até este momento a entidade está totalmente regular com todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e com projetos importantes em andamento. Com relação à pergunta de quem faria parte do corpo de dirigentes da entidade o presidente afirmou que eram pessoas capacitadas e comprometidas para assumirem este compromisso e que após a decisão pelo afastamento de alguns membros, os novos membros foram apresentados questionados e impugnados mediante troca de nomes ou aceitos sem restrições. Não tendo mais pedidos de esclarecimentos o presidente colocou a proposta em votação perguntando aos presentes se concordava com o afastamento de alguns dos membros associados e com os novos membros participantes da atual direção, a proposta foi aceita por unanimidade não havendo necessidade de se manifestarem sobre a não concordância ou mesmo sobre abstenções. Diante da aprovação do afastamento de alguns membros associados participantes, o srº João Vanderlei passou a chamar cada um dos componentes do grupo que se dispôs a dirigir a entidade lembrando que os mesmos já haviam se reunidos e definidos os cargos que cada um ocupariam mas que isto teria que ser aprovado na assembleia e que qualquer mudança poderia ser feita. Dito isso o srº João Vanderlei chamou um a um declarando o cargo a ocupar, conforme segue: **PRESIDENTE – JOÃO**



ORGANIZAÇÃO BENEFICENTE DA SOCIEDADE CIVIL

Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224
Vila Nova Cintra - Mogi das Cruzes - SP
CEP 08744-096 - CNPJ 58.474.933/0001-09
Tel.: 11 4729-6287



Oficial de Reg. Civil Pessoa Jurídica
Protocolizado, Microfilmado, e
Registrado Sob N. 15.482

chamou um a um declarando o cargo a ocupar, conforme segue: PRESIDENTE – JOÃO VANDERLEI GIOVANINI; VICE-PRESIDENTE – FABIO MESSIAS DOS SANTOS; SECRETARIA GERAL – RAFAELA MURAKAMI GONÇALVES; PRIMEIRA TESOUREIRA – MARIA JOSÉ POLICARPO GIOVANINI; SEGUNDA TESOUREIRA - RITA LÚCIA POLICARPO; PRIMEIRO CONSELHEIRO FISCAL – DINARI GONÇALVES MOURA FILHO; SEGUNDO CONSELHEIRO FISCAL – EDSON GIOVANINI; TERCEIRO CONSELHEIRO FISCAL – ISABELA MURAKAMI GONÇALVES; PRIMEIRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL – LUCIENE BEZERRA VAZ; SEGUNDO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL – GEASON RODRIGUES DE FARIA. Com todos os presentes o sr° João Vanderlei perguntou se dentre as pessoas apresentadas se alguém poderia sofrer alguma restrição, como ninguém se manifestou a proposta de composição da atual relação dos dirigentes participantes foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. O sr° João Vanderlei retomou a palavra e pediu para os novos dirigentes permanecerem no recinto até que se lavrasse a presente ata e que ao final da assembleia seria franqueada a palavra a todos. Dando prosseguimento à assembleia foi perguntado aos presentes se alguém teria qualquer assunto relevante que precisasse ser discutido, e ninguém se manifestou. Em seguida foi dada a palavra ao sr° João Vanderlei Giovanini que falou sobre sua experiência anterior na associação; discorreu sobre a intenção de estimular a participação do maior número possível de pessoas da comunidade; elogiou o trabalho até aqui desenvolvido e pediu o apoio de todos, agradecendo a presença e desejou boas vindas aos novos dirigentes da associação. O sr° João Vanderlei declarou empossada os novos dirigentes da associação e convocou a mim Rafaela Murakami Gonçalves e Maria José Policarpo Giovanini para em conjunto fazermos a ata desta assembleia juntamente com a relação dos novos dirigentes com a qualificação e os respectivos cargos que todos assumiram o que deverá ser anexado a esta ata, e encaminhada ao cartório de registros por fim agradeceu a todos e pediu que assinassem a ata ele próprio sr° João Vanderlei Giovanini João Vanderlei Giovanini eu Rafaela Murakami Gonçalves Rafaela Murakami Gonçalves e a srª Maria José Policarpo Giovanini Maria José Policarpo Giovanini



ORGANIZAÇÃO BENEFICENTE DA SOCIEDADE CIVIL

Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224
Vila Nova Cintra - Mogi das Cruzes - SP
CEP 08744-096 - CNPJ 58.474.933/0001-09
Tel.: 11 4729-6287

Oficial de Reg. Civil Pessoa Jurídica
Protocolizado, Microfilmado e
Registrado Sob N. 15.482

Relação dos associados participantes da Assembleia Geral do dia 03 de Dezembro de 2017, na sede da Associação.

NOMES
Debora Lustigiani
Edson Giovanni
João Carlos de Jesus
Maria do Polígono Giovanni
Rita Lúcia Polígono Peres
Glenn Rodrigues de Jesus
Diana Gonçalves Moura Filho
João Inácio dos Santos
Roberto Gutierrez Santos
Jose Maria Polígono
Theresa Teal
Juliana Rêverda Vaz
Paloma Estela Carvalho Leite
Maria Madalena de Almeida e Silva
Antônio Natal de Prado
Thelma Vicini
Liana Fátima de Matta
Maria da Glorinha Silveira
Adriana Pulcinella
Carla Fátima da Silva
Gabriel Roberto Monteiro
Jonas L. dos Reis
Theresa Maria de Jesus
Carolina Maria de Jesus
Luiz Carlos de Jesus
Cláudia Silva Oliveira
Luiz Carlos de Jesus



ORGANIZAÇÃO BENEFICENTE DA SOCIEDADE CIVIL

Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224
Vila Nova Cintra - Mogi das Cruzes - SP
CEP 08744-096 - CNPJ 58.474.933/0001-09
Tel.: 11 4729-6287



Relação dos associados participantes da Assembleia Geral do dia 03 de Dezembro de 2017, na sede da Associação.

NOMES
Débora Murabinni
Projet. Ferreira Gomes Filho
Benedicta das Stas Gomes
Nelson da Costa
Beatriz Figueira da Silva
Jardina da S. L.
Roberto da Silva Rodrigues
Vitor Aparecido Figueira
Maria Menegu Santos
Sebastião Menezes da Silva
Pauline Barbosa da Silva
Goacimade de Oliveira
Maria das Flores da Silva
João Ignácio Lima
M. da S. da Silva
Antônio Paulo Monte
Caroline Aparecida Faria
Alfredo de Matheus
Elisabete da Silva
José Carlos Henri
Di. Virmino de R. S.
Elaine dos Santos
João Máximo da Silva
Edvaldo de Oliveira
Rod dos Santos
Marcia José de Oliveira
Antônio F. de Oliveira

1 Oficial de Reg. Civil Pessoa Jurídica
Protocolizado, Microfilmado
Registrado Sob N. 15.482

CAPITULO III DO REG. CIVIL
DO REG. CIVIL DO REG. CIVIL DO REG. CIVIL

facebook.com/

CONSTITUICAO

Federat

Constit

CLASSE

CONSTITUICAO DE REG. CIVIL DO REG. CIVIL DO REG. CIVIL

Ata

Grupos

Grupos

Grupos




ORGANIZAÇÃO BENEFICENTE DA SOCIEDADE CIVIL

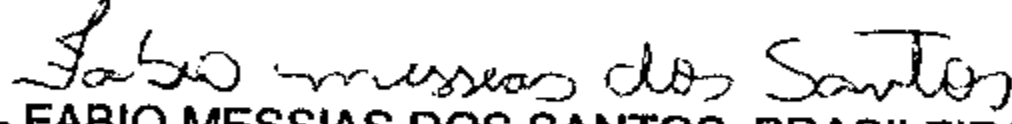
Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224
Vila Nova Cintra - Mogi das Cruzes - SP
CEP 08744-096 - CNPJ 58.474.933/0001-09
Tel.: 11 4729-6287

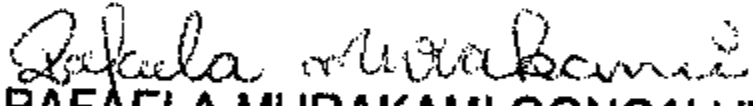
2:130-18
1. Oficial de Reg. Civil Pessoa Jurídica
Protocolizado, Microfilmado
Registrado Sob N. 15.482.001606

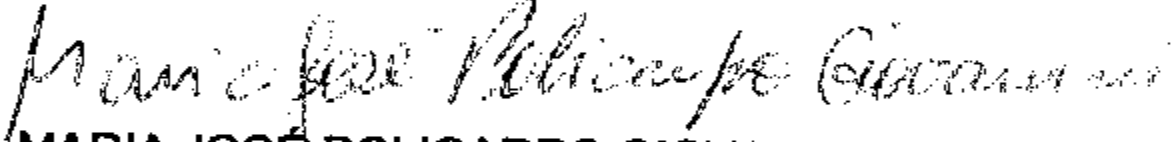



QUALIFICAÇÃO DA DIRETORIA ELEITA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2017 DA ENTIDADE EM TIMBRE:


PRESIDENTE - JOÃO VANDERLEI GIOVANINI; BRASILEIRO, CASADO, CABELEIREIRO, PORTADOR DO RG Nº 16.615.272 E CPF Nº 059.288.138-56, RESIDENTE À RUA GIUSEPPE MUFFO Nº 65.



VICE-PRESIDENTE - FÁBIO MESSIAS DOS SANTOS; BRASILEIRO, CASADO, OPERADOR DE MÁQUINAS, PORTADOR DO RG Nº 33.295.800-0 E CPF Nº 313.937.628-67, RESIDENTE À RUA JAGUATIRICA Nº 21.


SECRETARIA GERAL - RAFAELA MURAKAMI GONÇALVES; BRASILEIRA, SOLTEIRA, ESTUDANTE, PORTADORA DO RG Nº 53.365.519-5 E CPF Nº 437.629.948-03, RESIDENTE À RUA GIUSEPPE MUFFO Nº 65.


PRIMEIRA TESOUREIRA - MARIA JOSÉ POLICARPO GIOVANINI; BRASILEIRA, CASADA, CONTABILISTA, PORTADORA DO RG Nº 12.900.423-6 E CPF Nº 108.657.938-08, RESIDENTE À RUA GIUSEPPE MUFFO Nº 65.


SEGUNDA TESOUREIRA - RITA LÚCIA POLICARPO; BRASILEIRA, CASADA, APOSENTADA, PORTADORA DO RG Nº 7.718.740-7 E CPF Nº 174.636.988-40, RESIDENTE À RUA ISIS DE OLIVEIRA Nº 231.


PRIMEIRO CONSELHEIRO FISCAL - DINARI GONÇALVES MOURA FILHO; BRASILEIRO, CASADO, TÉCNICO DE MANUTENÇÃO, PORTADOR DO RG Nº 23.269.762-0 E CPF Nº 101.883.538-52, RESIDENTE À RUA ZEBRA Nº 80.


SEGUNDO CONSELHEIRO FISCAL - EDSON GIOVANINI; BRASILEIRO, CASADO, PROF. TECNICO MECANICO PLENO, PORTADOR DO RG Nº 12.443.852 E CPF Nº 874.143.848-53, RESIDENTE À AV. SÃO JOSÉ Nº 160.



ORGANIZAÇÃO BENEFICENTE DA SOCIEDADE CIVIL

Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224
Vila Nova Cintra - Mogi das Cruzes - SP
CEP 08744-096 - CNPJ 58.474.933/0001-09
Tel.: 11 4729-6287

1. Oficial de Reg. Civil Pessoa Jurídica
Protocolizado, Microfilmado e
Registrado Sob N. 15.482



Isabela Murakami Gonçalves
TERCEIRO CONSELHEIRO FISCAL – ISABELA MURAKAMI GONÇALVES;
BRASILEIRA, SOLTEIRA, ESTUDANTE, PORTADORA DO RG Nº 53.365.920-1 E CPF Nº
442.751.168-60, RESIDENTE À RUA GIUSEPPE MUFFO Nº 65.

Luciene Bezerra Vaz
PRIMEIRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL – LUCIENE BEZERRA VAZ;
BRASILEIRA, CASADA, AUTÔNOMA, PORTADORA DO RG Nº 18.007.273-0 E CPF
189.281.868-03, RESIDENTE À RUA JOSÉ GALDINO DE CASTRO Nº 303.

Geason Rodrigues de Faria
SEGUNDO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL – GEASON RODRIGUES DE FARIA;
BRASILEIRO, SOLTEIRO, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, PORTADOR DO RG Nº
27.156.494-5 E CPF Nº 253.930.098-79, RESIDENTE À RUA JOSE VIRGILIO DA SILVA
Nº 65.

Mogi das Cruzes, 03 de dezembro 2017.

21130

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 58.474.933/0001-09 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/08/1988
NOME EMPRESARIAL ORGANIZACAO BENEFICENTE DA SOCIEDADE CIVIL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.11-2-00 - Educação infantil - creche 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R AUGUSTO RODRIGUES CARVALHO DOS ANJOS		NÚMERO 224	COMPLEMENTO
CEP 08.744-096	BAIRRO/DISTRITO VILA NOVA CINTRA	MUNICÍPIO MOGI DAS CRUZES	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO getogon.sac@uol.com.br		TELEFONE (11) 4724-8913	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 10/05/2018 às 12:09:57 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 10/05/2018

21130 038

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


ESTADO DE SÃO PAULO


SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA


INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ERASMO GOMES LYN DA UNIV

8800-5

PROIBIDO PLASTIFICAR







B465-080714

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 16.615.272-9 DATA DE EXPEDIÇÃO 28/JAN/2008

NOME JOÃO VANDERLEI GIOVANINI

FILIAÇÃO ERASMO GIOVANINI

E ISABEL DE PAIVA GIOVANINI


NATURALIDADE ABATIA - PR DATA DE NASCIMENTO 20/NOV/1963

DO OUTRO RIBEIRÃO DO PINHAL - PR

ABATIA

CN: LV.A16 /ELS.397 /N.017098

059288138/56




ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.180 DE 26/06/85

NASCIMENTO 20.11.63

CONTINUIDADE

JOÃO VANDERLEI GIOVANINI



SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAL

CERTIFICADO DE REGISTRO DE CONTRIBUIÇÃO

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUIÇÕES

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO DE CONTRIBUIÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

DECRETO Nº 4.206, DE 26 DE JUNHO DE 2003

Proc. nº 15.110/03

(Dispõe sobre autorização para funcionamento do Centro de Educação Infantil Comunitário da Vila Jundiá, mantido pela "Associação dos Moradores de Vila Jundiá", e dá outras providências).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto no artigo 104, II e IX, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;

CONSIDERANDO os dispositivos constitucionais e a atribuição aos Municípios para autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de seu sistema de ensino, conforme dispõe o artigo 11, inciso IV, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

CONSIDERANDO que o Centro de Educação Infantil Comunitário da Vila Jundiá, mantido pela "Associação dos Moradores de Vila Jundiá", atende às exigências contidas nas normas competentes;

CONSIDERANDO que, à vista do relatório elaborado pela Equipe de Assistência Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, na reunião realizada no dia 4 de junho de 2003, o Conselho Municipal de Educação – CME aprovou o funcionamento do Centro de Educação Infantil Comunitário da Vila Jundiá, mantido pela "Associação dos Moradores de Vila Jundiá";

CONSIDERANDO mais o que dos autos em epígrafe consta,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Centro de Educação Infantil Comunitário da Vila Jundiá, estabelecido na Rua João Antonio Rodrigues de Moraes, 140, Vila Jundiá, nesta cidade, mantido pela "Associação dos Moradores da Vila Jundiá", CNPJ nº 58.474.933/0001-09.

Art. 2º O estabelecimento de ensino a que se refere o artigo anterior fica obrigado a cumprir as normas baixadas pelos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação e as demais instruções relativas ao cumprimento da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.



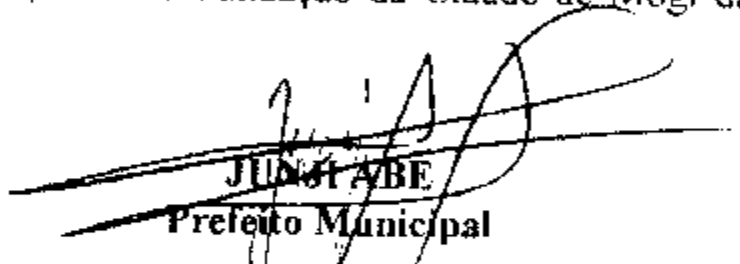
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

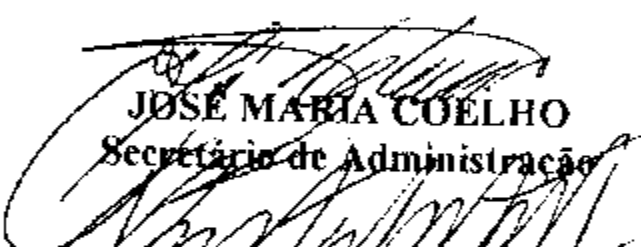
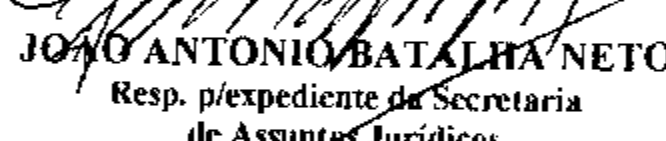
DECRETO Nº 4.206/03 - FLS. 02

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação zelarà pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência deste decreto e propora, em caso de não cumprimento, a cassação da presente autorização.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, em 26 de junho de 2003, 442º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.


JUNIA ABE
 Prefeito Municipal


JOSE MARIA COELHO
 Secretário de Administração

JOAO ANTONIO BATALHA NETO
 Resp. p/expediente da Secretaria
 de Assuntos Jurídicos


MARIA GENY BORGES ÁVILA HORLE
 Secretária de Educação

Registrado na Secretaria de Administração -
 Departamento Administrativo e publicado no Quadro de Editais na Portaria na
 mesma data supra.

SMA rose



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

DECRETO Nº 12.302, DE 14 DE MARÇO DE 2012

Proc. nº 75/12

Autoriza a outorga de permissão de uso do prédio do Centro de Educação Infantil Municipal – CEIM “Professora Maria José Andere” e dos bens móveis nele existentes, à Associação de Moradores de Vila Jundiá, Vila Bela Flor, Conjunto Residencial Cambuci e Conjunto Residencial Mirage, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto no Artigo 104, IX e X, combinado com os artigos 35, inciso I, alínea “g”; 45, § 3º e 215, parágrafo único, todos da Lei Orgânica do Município e,

Considerando que o Centro de Educação Infantil Comunitário – CEIC Vila Jundiá, mantido pela Associação de Moradores de Vila Jundiá, Vila Bela Flor, Conjunto Residencial Cambuci e Conjunto Residencial Mirage, foi autorizado a funcionar nos termos do Decreto nº 4.206, de 26 de junho de 2003, atende regularmente 50 (cinquenta) crianças, na faixa etária de 1 a 5 anos, na modalidade creche – regime integral e, com a mudança para o prédio ora solicitado, passará a ter espaço físico e condições adequadas para o atendimento de 110 (cento e dez) crianças, inclusive na faixa etária de berçário, que atualmente não disponibiliza vagas;

Considerando que a Entidade requerente apresenta condições de funcionamento e atende aos dispositivos legais para a ocupação do prédio do Centro de Educação Infantil Municipal – CEIM “Professora Maria José Andere”;

Considerando que a outorga de permissão de uso do prédio do CEIM e dos bens móveis nele existentes se destinam à Entidade assistencial, sem fins lucrativos, a qual, com a ampliação de vagas para o atendimento de crianças daquele bairro, estará colaborando com a Administração Municipal, oferecendo serviços reconhecidamente de interesse público e de relevância social;

Considerando deliberação superior favorável à manifestação consignada pela titular da Secretária Municipal de Educação, constantes às fls. 115 do Proc. nº 75/12;

Considerando mais o que consta do processo administrativo em epígrafe,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a outorga de permissão à Associação de Moradores de Vila Jundiá, Vila Bela Flor, Conjunto Residencial Cambuci e Conjunto Residencial Mirage, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.474.933/0001-09, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, com sede na Rua Isis de Oliveira, 385, Vila Jundiá, neste Município, para uso, a título precário e gratuito, do prédio do Centro de Educação Infantil Municipal – CEIM “Professora Maria José Andere” e dos bens móveis nele existentes, localizado na Rua Augusto de Carvalho R. Anjos, 224, Residencial Mirage, Distrito de Braz Cubas, neste Município, para funcionamento do Centro de Educação Infantil Comunitário – CEIC Vila Jundiá, do qual é mantenedora, destinado à implementação de ações visando o desenvolvimento integral das crianças até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

DECRETO Nº 12.302/12 - FLS. 2

Art. 2º Do Termo de Permissão de Uso a ser formalizado na Secretaria Municipal de Governo, além das cláusulas usuais, deverá constar que a Permissionária fica obrigada a:

I – a utilizar o prédio do CEIM e dos bens móveis nele existentes exclusivamente para os fins especificados no artigo 1º deste decreto, vedado o seu uso para qualquer outra finalidade, não podendo cedê-los ou transferi-los, no todo ou em parte, seja a que título for, sem prévio e expresso consentimento do Permitente;

II – zelar pela guarda, limpeza e conservação do prédio do CEIM e dos bens móveis ora cedidos de forma a poder devolver ao Permitente nas mesmas condições em que ora lhe são entregues, providenciando, à suas expensas, quaisquer obras ou serviços de manutenção que se tornem necessários e impedindo que terceiros deles se apossem ou utilizem, dando conhecimento imediato ao Permitente de qualquer turbção de posse que porventura se verificar;

III – efetuar o pagamento de eventuais impostos e taxas que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel, bem como das despesas relativas à energia elétrica, água e telefonia, respondendo ainda por todas as exigências dos Poderes Públicos a que derem causa, sendo obrigada a encaminhar ao Permitente, anualmente, os comprovantes dos respectivos pagamentos;

IV – responsabilizar-se pelas despesas que se originarem do seguro contra fogo e outros sinistros, a ser feito para acobertamento do imóvel cedido, junto à Companhia de sua livre escolha;

V – restituir o prédio do CEIM e dos bens móveis nele existentes, imediatamente, livres e desimpedidos, tão logo solicitados pelo Permitente, independentemente de notificação administrativa ou judicial, sem direito a retenção ou indenização, seja a que título for, inclusive por benfeitorias nele realizadas, ainda que necessárias, as quais passarão a integrar o patrimônio municipal;

VI – atender às requisições do Permitente, previamente comunicadas, quanto à utilização do prédio e dos bens móveis nele existentes.

Art. 3º Obriga-se o Permitente, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, a qualquer tempo, fiscalizar o exato cumprimento das obrigações estabelecidas no presente decreto e no respectivo instrumento de permissão de uso.

Art. 4º O Permitente não será responsável, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes da execução de serviços e trabalhos a cargo da Permissionária.





MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

DECRETO Nº 12.302/12 - FLS. 3

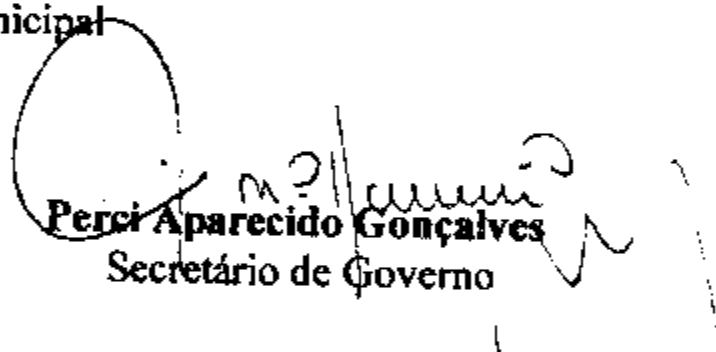
Art. 5º A extinção da Associação de Moradores de Vila Jundiá, Vila Bela Flor, Conjunto Residencial Cambuci e Conjunto Residencial Mirage ou do Centro de Educação Infantil Comunitário – CEIC Vila Jundiá, do qual é mantenedora, a alteração do destino do prédio e dos bens móveis nele existentes, a inobservância das condições estabelecidas neste decreto e nas cláusulas do instrumento de permissão, implicará a automática rescisão da permissão de uso, incorporando-se ao patrimônio municipal eventuais benfeitorias realizadas, sem direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, 14 de março de 2012, 451º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.


MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI
Prefeito Municipal


Luiz Sérgio Marrano
Secretário de Gabinete do Prefeito


Perci Aparecido Gonçalves
Secretário de Governo

Registrado na Secretaria de Governo - Departamento de Administração e publicado no Quadro de Editais da Prefeitura Municipal em 14 de março de 2012. Acesso público pelo site www.mogidascruzes.sp.gov.br

SGov/rhm



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
Estado de São Paulo

21130



L E I N° 5.627, DE 11 DE MAIO DE 2.004

(Declara de utilidade pública municipal a
**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE
VILA JUNDIAÍ E VILA BELA FLOR**).

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS
CRUZES,**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA APROVOU E EU, NOS
TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 82, DA LEI ORGÂNICA DO
MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública municipal a **ASSOCIAÇÃO DE
MORADORES DE VILA JUNDIAÍ E VILA BELA FLOR**, entidade beneficente, com sede e
foro nesta Cidade e Comarca de Mogi das Cruzes, sito na Rua Alberto Alves, 464, bairro Vila
Jundiaí, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 58.474.933/0001-09.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as
disposições em contrário.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES**, em 11 de maio de 2.004, 443º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.


EDSON CAMILLO
Presidente da Câmara

**REGISTRADA NA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES**, em 11 de maio de 2.004, 443º da
Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.


JOSÉ ANTONIO FERREIRA FILHO
Secretário Geral da Câmara

(AUTORIA DO PROJETO: VEREADOR RUBENS BENEDITO FERNANDES).



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

LEI Nº 6.612, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre criação e denominação de Centro de Educação Infantil Municipal – CEIM, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES,
Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado e denominado Centro de Educação Infantil Municipal – CEIM Professora Maria José Andere, cujos dados biográficos acompanham a presente lei, o estabelecimento de ensino a funcionar na Rua Augusto de Carvalho R. Anjos, 224, Residencial Mirage, Distrito de Braz Cubas, neste Município.

Parágrafo único. A placa denominativa que será afixada na entrada do local conterà os seguintes dizeres:

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL - CEIM
PROFESSORA MARIA JOSÉ ANDERE**


Art. 2º O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, dotará a unidade escolar ora criada dos recursos materiais e humanos necessários ao seu funcionamento.


Art. 3º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, 25 de outubro de 2011, 451º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.


MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI
Prefeito Municipal


Luiz Sérgio Marrano
Secretário de Gabinete do Prefeito

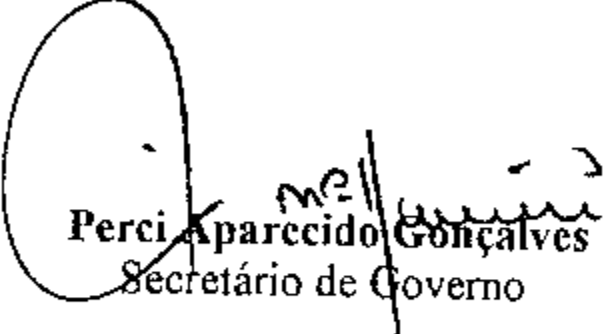




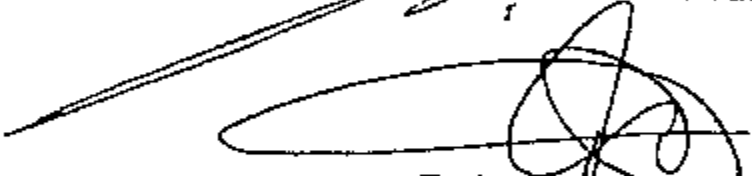


MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

LEI Nº 6.612/11 – FLS. 2

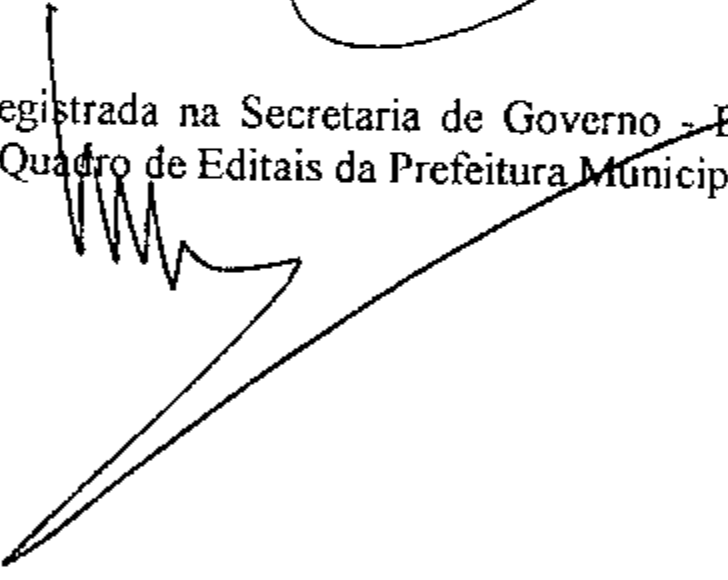


Perci Aparecido Gonçalves
Secretário de Governo

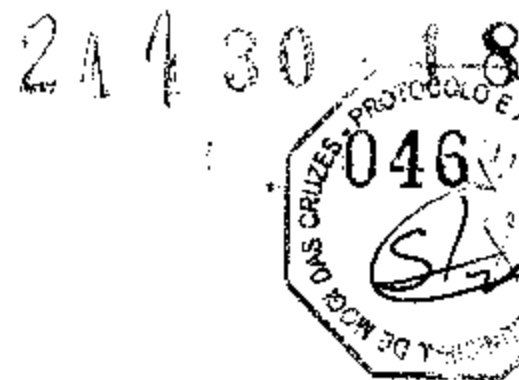

José Antonio Ferreira Filho
Secretário de Assuntos Jurídicos


Robson Senzali
Secretário de Finanças


Maria Geny Borges Avila Horle
Secretária de Educação

Registrada na Secretaria de Governo - Departamento de Administração e
publicada no Quadro de Editais da Prefeitura Municipal em 25 de outubro de 2011.



SGov/rbm





INTERESSADO: ORGANIZAÇÃO BENEFICENTE DA SOCIEDADE CIVIL

Ao Gabinete do Exmo. Senhor Prefeito,

A Secretaria de Educação, por sua Secretária infra-assinada, solicita de Vossa Senhoria a alteração da Razão Social da Associação de Moradores das Vilas Jundiaí, Bela Flor e dos Conjuntos Cambuci e Mirage, que passou a vigorar após Assembleia Geral com os sócios no dia 27 de novembro de 2017 como Organização Beneficente da Sociedade Civil, a outorga de Permissão de Uso do prédio público CEIM Professora Maria José Andere, bem como os bens móveis nele existente, assim como alteração na Razão Social na Lei de Utilidade Pública nº 5.627 de 11 de maio de 2004.

Secretaria de Educação, 15 de maio de 2018.

Juliana de Paula Guedes de Melo Santos
Secretária de Educação

De acordo.

Encaminhe-se para a Secretaria de Governo, para os devidos fins.

Mogi das Cruzes, 15 de maio de 2018.

Marcus Melo

PrefeitoVisto
Guilherme Sever
RGF 18.623

Leandro Y/SE

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO



À Procuradora Geral do Município

Tendo em vista a solicitação formulada na inicial e tudo mais que nos autos constam, submetemos o presente para conhecimento, análise e manifestação.

SGOV., 24 de maio de 2018.


Cleusa Ferreira
RGF-8667

Visto


Perci Aparecido Gonçalves
Respondendo pela Secretária de Governo

RECEBIDO
EM 24/05/18
AS 16:40 HORAS





PARECER JURÍDICO

Processo nº. 21.130/2018

Interessada: Secretaria Municipal de Educação

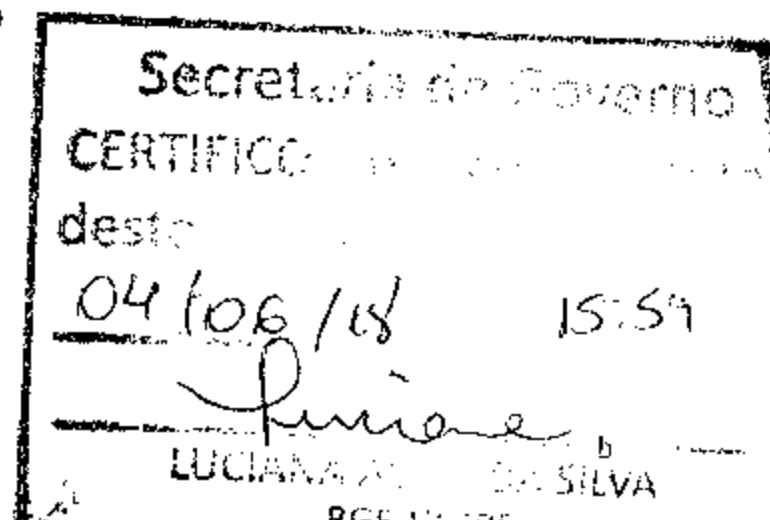
**EMENTA. ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL.
CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE
IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DE CEIM.
ALTERAÇÃO LEGAL E CONTRATUAL.
INEXISTÊNCIA DE ÓBICES.**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Secretaria Municipal de Educação, versando sobre a alteração da razão social da entidade "Associação de Moradores de Vila Jundiá e outros".
2. De acordo com as manifestações da entidade e da SME, a alteração da razão social implica na alteração do Decreto nº 4.206/2003 e 12.302/2012, bem como a mudança legislativa referente à Declaração de Utilidade Pública, a saber, Lei Municipal nº 5.627/2004.
3. Constam dos autos: Requerimento administrativo, com documentos, às fls. 02/35; Cópia do Decreto nº 4.206/2003 e 12.302/2012 às fls. 36/40; Cópia da Lei Municipal nº 5.627/2004 às fls. 41; Manifestação de acordo com o pleito emanado pela Secretaria Municipal de Educação às fls. 44.
4. Pois bem. Considerando a alteração proposta pela entidade, não visualizamos óbice ao prosseguimento do feito. Nesse sentido, sugere-se a formulação de novo decreto, a fim de ratificar a mudança ocorrida, nos termos da outorga da permissão de uso e autorização de funcionamento, desde que haja a manutenção dos requisitos que viabilizaram as prerrogativas da entidade.
5. No tocante à alteração da Lei Municipal nº 5.627/2004, não há outro caminho senão a edição de novo texto legal, conforme estabelecido na Lei Orgânica Municipal, respeitado o devido processo legislativo.
6. Retorne-se à **Secretaria Municipal de Governo** para a adoção das medidas pertinentes.

PGM, 04 de junho de 2018.

FILIPPE AUGUSTO LIMA HERMANSON CARVALHO

Procurador-Geral do Município
OAB/SP 272.882





MINUTA - rbm

PROJETO DE LEI

21.130/18

Altera a ementa e o artigo 1º da Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A ementa e o artigo 1º da Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, que declara de utilidade pública municipal a Associação de Moradores de Vila Jundiá e Vila Bela Flor, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública municipal a **Organização Beneficente da Sociedade Civil.**” (NR)

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a **Organização Beneficente da Sociedade Civil**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.474.933/0001-09; com sede na Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224, Vila Nova Cintra, neste Município.”

..... (NR)

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, de de 2018, 457º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.

MARCUS MELO

Prefeito de Mogi das Cruzes

SGov.rbm

**MINUTA - rbm****DECRETO Nº , DE DE JUNHO DE 2018**Proc. nº 21.130/18

Altera os Decretos nºs 4.206, de 26 de junho de 2003; 12.302, de 14 de março de 2012 e respectivo Termo de Permissão de Uso nº 404, da mesma data; 12.697, de 17 de agosto de 2012; e 17.104, de 17 de janeiro de 2018, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**, no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto nos artigos 35, I, "g", 45, § 3º, 48 e 104, II, IX e XI, da Lei Orgânica do Município e, considerando o que consta do processo administrativo em epígrafe,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam retificados, na forma a seguir, a ementa, os considerandos e o artigo 1º do Decreto nº 4.206, de 26 de junho de 2003:

"Na ementa e nos considerandos, onde se lê: "... mantido pela Associação dos Moradores de Vila Jundiá ...", leia-se: "... mantido pela **Organização Beneficente da Sociedade Civil ...**".

..... (NR)

"Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do **Centro de Educação Infantil Comunitário - CEIC Vila Jundiá**, estabelecido na Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224, Vila Nova Cintra, neste Município, mantido pela **Organização Beneficente da Sociedade Civil**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 58.474.933/0001-09, tendo como finalidade o desenvolvimento integral das crianças até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade."

..... (NR)

Art. 2º Ficam ratificadas as demais disposições contidas no Decreto nº 4.206, de 26 de junho de 2003.



DECRETO Nº /18 - FLS. 2

Art. 3º Ficam retificados, na forma a seguir, a ementa, os considerandos e os artigos 1º e 5º do Decreto nº 12.302, de 14 de março de 2012:

“Na ementa e nos considerandos, onde se lê: “... Associação de Moradores de Vila Jundiaí, Vila Bela Flor, Conjunto Residencial Cambuci e Conjunto Residencial Mirage ...”, leia-se: “... **Organização Beneficente da Sociedade Civil** ...”.

..... (NR)

“Art. 1º Fica autorizada a outorga de permissão à **Organização Beneficente da Sociedade Civil**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.474.933/0001-09, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, com suas alterações posteriores, com sede na Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224, Vila Nova Cintra, neste Município, para uso, a título precário e gratuito, do prédio do Centro de Educação Infantil Municipal - CEIM “Professora Maria José Andere” e dos bens móveis nele existentes, localizado no mesmo endereço, para funcionamento do **Centro de Educação Infantil Comunitário - CEIC Vila Jundiaí**, do qual é mantenedora, destinado à implementação de ações visando o desenvolvimento integral das crianças até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”

..... (NR)

“Art. 5º A extinção da **Organização Beneficente da Sociedade Civil** ou do **Centro de Educação Infantil Comunitário - CEIC Vila Jundiaí**, do qual é mantenedora, a alteração do destino do prédio e dos bens móveis nele existentes, a inobservância das condições estabelecidas neste decreto e nas cláusulas do instrumento de permissão, implicará a automática rescisão da permissão de uso, incorporando-se ao patrimônio municipal eventuais benfeitorias realizadas, sem direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for.”

..... (NR)

Art. 4º Ficam ratificadas as demais disposições contidas no Decreto nº 12.302, de 14 de março de 2012.



DECRETO Nº /18 - FLS. 3

Art. 5º No Termo de Permissão de Uso nº 404, de 14 de março de 2012, de que trata o Decreto nº 12.302, da mesma data, ficam retificadas as partes a seguir especificadas:

I - onde se lê: "... Associação de Moradores de Vila Jundiá, Vila Bela Flor, Conjunto Residencial Cambuci e Conjunto Residencial Mirage ...", **leia-se:** "... **Organização Beneficente da Sociedade Civil** ..."; (NR)

II - onde se lê: "... pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.474.933/0001-09, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, com sede na Rua Isis de Oliveira, 385, Vila Jundiá, neste Município ...", **leia-se:** "... pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.474.933/0001-09, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, com suas alterações posteriores, com sede na Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224, Vila Nova Cintra, neste Município ..."; (NR)

III - onde se lê: "... Que é proprietário do prédio do Centro de Educação Infantil Municipal - CEIM "Professora Maria José Andere" e dos bens móveis nele existentes, localizado na Rua Augusto de Carvalho R. Anjos, 224, Residencial Mirage, Distrito de Braz Cubas, neste Município ...", **leia-se:** "... Que é proprietário do prédio do Centro de Educação Infantil Municipal - CEIM "Professora Maria José Andere" e dos bens móveis nele existentes, localizado na Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224, Vila Nova Cintra, neste Município ...". (NR)

Art. 6º Ficam retificados, na forma a seguir, a ementa, o artigo 1º e o Anexo Único ao Decreto nº 12.697, de 17 de agosto de 2012: ✓

"Na ementa e no Anexo Único, **onde se lê:** "... Associação de Moradores de Vila Jundiá, Vila Bela Flor, Conjunto Residencial Cambuci e Conjunto Residencial Mirage ...". **leia-se:** "... **Organização Beneficente da Sociedade Civil** ...".

..... (NR)

"Art. 1º Fica acrescentado o Anexo Único, que com este baixa, ao Termo nº 404, de 14 de março de 2012, de permissão à **Organização Beneficente da Sociedade Civil**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.474.933/0001-09, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, com suas alterações posteriores, com sede na Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224, Vila Nova Cintra, neste Município, para uso dos bens móveis e utensílios a que alude o item "Segundo" do referido Termo, no Centro de Educação Infantil Municipal - CEIM Professora Maria José Andere, localizado no mesmo endereço, conforme disposto no artigo 1º do Decreto nº 12.302, de 14 de março de 2012."

..... (NR)

**DECRETO Nº /18 - FLS. 4**

Art. 7º Ficam ratificadas as demais disposições contidas no Decreto nº 12.697, de 17 de agosto de 2012.

Art. 8º Fica atualizado o nome da entidade que especifica no demonstrativo que se constitui no **Anexo Único** ao Decreto nº 17.104, de 17 de janeiro de 2018, com suas alterações posteriores, mantidas a identificação de seu estabelecimento, nº de CNPJ/MF, quantitativos, valores e respectivo processo individual, na forma abaixo descrita:

onde se lê:

leia-se:

Assoc. de Moradores de V. Jundiá, Vila
Bela Flor, Conj. Cambuci e Conj. Mirage

**Organização Beneficente da Sociedade
Civil** ✓

..... (NR)

Art. 9º Ficam ratificadas as demais disposições contidas no Decreto nº 17.104, de 17 de janeiro de 2018, com suas alterações posteriores.

Art. 10. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, de junho de 2018, 457º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.

MARCUS MELO

Prefeito de Mogi das Cruzes

Juliana de Paula Guedes de Melo Santos
Secretária de Educação

Marco Soares
Secretário de Governo

Registrado na Secretaria de Governo - Departamento de Administração e publicado no Quadro de Editais da Prefeitura Municipal em de junho de 2018. Acesso público pelo site www.mogidascruzes.sp.gov.br.

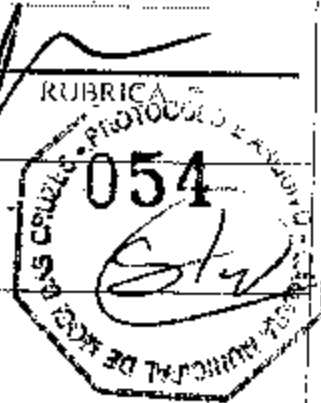
SGov:rbm



DATA

RUBRICA

054



INTERESSADO:

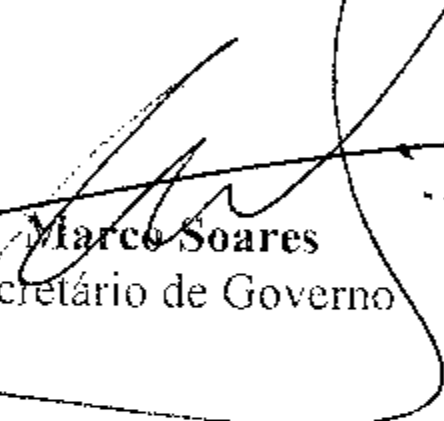
Organização Beneficente da Sociedade Civil

À Senhora Secretária de Educação
Juliana de Paula Guedes de Melo Santos

Retornamos o presente processo para conhecimento, análise e manifestação a respeito dos enunciados das anexas minutas de projeto de lei (fls. 46), que altera a ementa e o artigo 1º da Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, e de decreto (fls. 47/50), que altera os Decretos nºs 4.206, de 26 de junho de 2003; 12.302, de 14 de março de 2012 e respectivo Termo de Permissão de Uso nº 404, da mesma data; 12.697, de 17 de agosto de 2012; e 17.104, de 17 de janeiro de 2018.

Estando conforme, à **Procuradoria Geral do Município**, para exame e manifestação quanto aos textos das referidas minutas de projetos de lei e de decreto.

SGov, 7 de junho de 2018.


Marco Soares
Secretário de Governo

SGov rbm



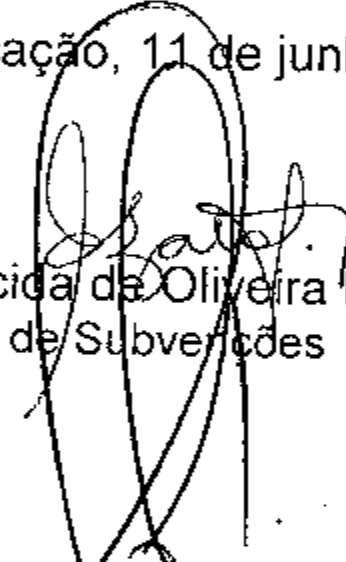
INTERESSADO: ORGANIZAÇÃO BENEFICENTE DA SOCIEDADE CIVIL



A Procuradoria Geral do Município:

Após análise e estando de acordo com o que diz respeito aos enunciados das anexas minutas de projeto de lei (fls. 46), que altera a ementa e o artigo 1º da Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, e de Decreto (fls. 47/50), que altera os Decretos nºs 4.206, de 26 de junho de 2003, 12.302, de 14 de março de 2012 e respectivo Termo de Permissão de Uso nº 404, da mesma data, 12.697, de 17 de agosto de 2012, e 17.104, de 17 de janeiro de 2018, e conforme fls. 51, encaminhamos o presente processo para demais providências.

Secretaria de Educação, 11 de junho de 2018.


Edimara Aparecida de Oliveira Batalha
Divisão de SubvençõesJuliana de Paula Guedes de Melo Santos
Secretária de EducaçãoRECEBIDO
EM 13/06/18
ÀS 10h30 HORAS

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO



PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

Secretaria de Assuntos Jurídicos
Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, 2º andar
CEP 08780-900 • Mogi das Cruzes – SP – Brasil
Telefone (55 11) 4798-5057
www.mogidascruzes.sp.gov.br

PROCESSO Nº 21.130/2018

FOLHA Nº

53

PARECER JURÍDICO

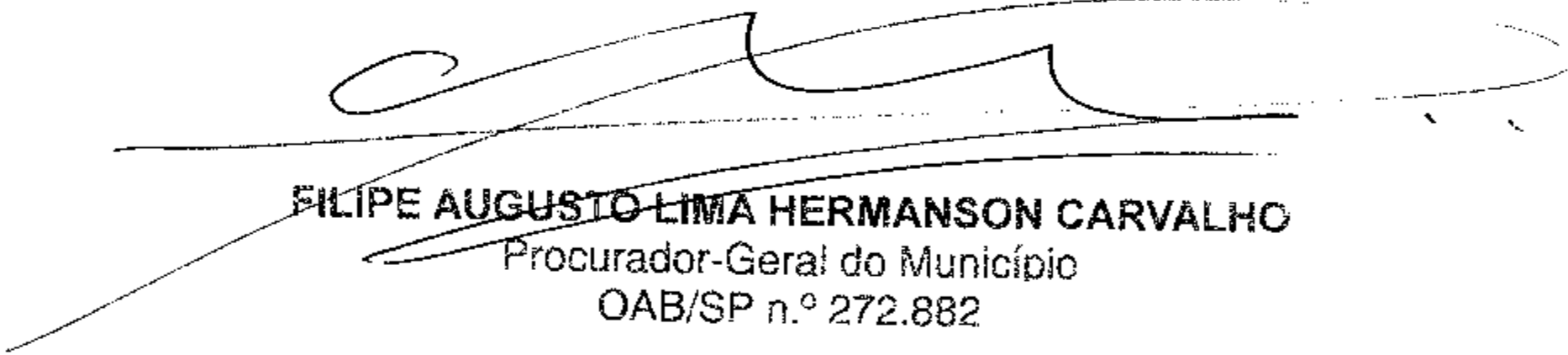
Processo nº 21.130/2018

Interessada: Organização Beneficente da Sociedade Civil

**EMENTA: ALTERAÇÃO DA RAZÃO
SOCIAL. DECRETOS Nº 12.302/2012,
4.206/2003. ALTERAÇÃO DA LEI Nº
5.627/2004. APROVAÇÃO.
POSSIBILIDADE.**

1. Retorna o expediente a esta Procuradoria após trâmite administrativo tendo em vista a alteração da razão social, implicando alteração no Decreto nº 4.206/2003 e 12.302/2012, bem como alteração na Lei Municipal nº 5.627/2004.
2. Em atenção ao parecer jurídico exarado à fl. 45, opinando pela possibilidade de realização da alteração proposta. Inclui as minutas de projeto de lei municipal (fl. 46) e decreto (fls. 47/50), as quais encontram-se sob o aspecto jurídico-formal apta aos fins a que se destina razão pela qual resta aprovada.
3. À Secretaria Municipal de Governo para a adoção das medidas pertinentes subsequentes.

PGM, 15 de junho de 2018.


FILIPE AUGUSTO LIMA HERMANSON CARVALHO
Procurador-Geral do Município
OAB/SP n.º 272.882



Câmara Municipal de Mogi
das Cruzes
Estado de São Paulo

99/18

Processo

57

Página

Rubrica

823

RGF

PROCESSO 99/18

PROJETO DE LEI 74/18

PARECER 99/18

Trata-se de projeto de lei de autoria do **Prefeito Municipal** visando a alteração da lei 5672/04, para que a entidade reconhecida como de utilidade pública tenha sua denominação alterada.

Acompanham o feito, a Mensagem GP 107/18, nas quais o Sr. Prefeito justifica os motivos que nortearam a proposta (fls. 01 e 02) e o processo 21130/18 (fls. 04 a 56).

É o relatório.

Os documentos acostados aos autos demonstram que a Associação dos Moradores das Vilas Jundiaí, Bela Flor e dos Conjuntos Cambuci e Mirage teve sua denominação alterada, estando tal alteração devidamente registrada nos órgãos competentes (Receita Federal e Cartório).

Diante disso, não vislumbramos qualquer óbice jurídico à alteração pretendida.

Lembramos, ainda, que tal apontamento é mera **sugestão de orientação dos trabalhos desta Casa.**

No mais, as **questões de mérito, inclusive sobre os aspectos técnicos da proposta**, deverão ser objeto de apreciação pelas Comissões Permanentes desta Casa, bem como dos nobres vereadores que, para aprovar o projeto, dependerão do voto da maioria dos Senhores Vereadores presentes à Sessão em que a matéria for discutida, conforme prevê o parágrafo único do artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

Era o que tínhamos a informar.

P. J. 02 de agosto de 2.018.

ANDRÉ DE CAMARGO ALMEIDA
PROCURADOR JURÍDICO

FOLHA DE DESPACHO



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
Estado de São Paulo

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.com.br



**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE
DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Processo nº 99 / 2018
Projeto de Lei nº 74 / 2018

De iniciativa legislativa do Sr. Prefeito Municipal, a proposta em estudo altera a ementa e o artigo 1º da Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, e dá outras providências.


Houve parecer da Procuradoria Jurídica desta Casa, relatando que o projeto de lei não apresenta óbices à sua normal tramitação.

Assim, em análise as questões apresentadas na iniciativa legislativa, verificamos que a Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, declarou de utilidade pública municipal a Associação de Moradores de Vila Jundiá e Vila Bela Flor, porém, para adequação jurídica alterou seu estatuto passando a denominar-se Organização Beneficente da Sociedade Civil, necessitando assim, de alteração na lei municipal.

Portanto, diante de todo o exposto, nos aspectos e peculiaridades atinentes a esta Comissão, opinamos pelo **NORMAL TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI nº 74/2018.**

Plenário Vereador Dr. Luiz Beraldo de Miranda, em 17 de agosto de 2018.

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO:


MAURO LUÍS CLAUDINO DE ARAÚJO
Membro – Relator


PROTÁSSIO RIBEIRO NOGUEIRA
Presidente


JOSÉ ANTONIO CUSCO PEREIRA
Membro



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

Estado de São Paulo

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583/11
E-mail: cmmc@cmmc.com.br



Mogi das Cruzes, em 22 de agosto de 2018.

OFÍCIO GPE Nº 181/18

SENHOR PREFEITO:

Através do presente, tenho a elevada honra de passar às mãos de Vossa Excelência, o incluso autógrafo do **Projeto de Lei nº 074/18**, de sua autoria, que altera a ementa e o artigo 1º da Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, e dá outras providências, o qual mereceu a aprovação do Plenário desta Edilidade na Sessão Ordinária realizada ontem.

Valho-me do ensejo, para reiterar à Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente


PEDRO HIDEKI KOMURA
Presidente da Câmara

**À SUA EXCELÊNCIA O SENHOR
MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA E M.
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE
MOGI DAS CRUZES**

35799 / 2018



22/08/2018 15:17

CAI: 275889

Nome: CAMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES- CMMC

Assunto: PROJETO DE LEI - CAMARA MUNICIPAL

Nº 74/2018 OFÍCIO Nº 181/2018 DE AUTORIA DO
EXECUTIVO, QUE ALTERA A EMENTA E O ARTIGO 1
DA LEI Nº 5.627/2004 E OUTROS

Conclusão: 13/09/2018

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

Estado de São Paulo

Av. Vereador Narciso Yagüe Guimarães, 381 - CEP 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.com.br



PROJETO DE LEI Nº 074/18

Altera a ementa e o artigo 1º da Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES DECRETA:

Art. 1º - A ementa e o artigo 1º da Lei nº 5.627, de 11 de maio de 2004, que declara de utilidade pública municipal a Associação de Moradores de Vila Jundiá e Vila Bela Flor, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública municipal a **Organização Beneficente da Sociedade Civil.**” (NR)

“Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública municipal a **Organização Beneficente da Sociedade Civil**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.474.933/0001-09, com sede na Rua Augusto Rodrigues Carvalho dos Anjos, 224, Vila Nova Cintra, neste Município.”
..... (NR)

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, em 22 de agosto de 2018, 457º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.

PEDRO HIDEKI KOMURA
Presidente da Câmara

EDSON SANTOS
1º Secretário

MARCOS PAULO TAVARES FURLAN
2º Secretário



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

Estado de São Paulo

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - CEP 08780-902 - Fone: 4798-9500 - Fax: 4798-9583
E-mail: cmmc@cmmc.com.br



(Cont/Projeto de Lei nº 074/18 – Fls. 02).

**SECRETARIA LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES, em 22 de agosto de 2018, 457º da Fundação da Cidade de
Mogi das Cruzes.**


PAULO SOARES
Secretário Geral Legislativo